



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(TIC – SERVIÇOS)

Pregão Eletrônico nº __/2023 – Processo Administrativo nº 142/2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **Solução Integrada de Segurança de Rede, Autenticação e Conectividade**, para atendimento de necessidades relacionadas à rede corporativa do Coren-SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (60 MESES)
1	Link Tipo 1 - Link de comunicação de dados com largura de banda de 100 (cem) Mbps	26484	Serviço (mensal)	18	R\$ 886,55	R\$ 15.957,90	R\$ 191.494,80	R\$ 957.474,00
2	Link Tipo 2 - Link de comunicação de dados com largura de banda de 300 (trezentos) Mbps <i>com serviço de Anti-DDoS</i>	26484	Serviço (mensal)	2	R\$ 2.386,67	R\$ 4.773,34	R\$ 57.280,08	R\$ 286.400,40
3	Serviço de SD-WAN/Firewall - Tipo 1	26069	Serviço (mensal)	2	R\$ 4.400,00	R\$ 8.800,00	R\$ 105.600,00	R\$ 528.000,00
4	Serviço de SD-WAN/Firewall - Tipo 2	26069	Serviço (mensal)	18	R\$ 633,79	R\$ 11.408,22	R\$ 136.898,64	R\$ 684.493,20
5	Solução para conexão com MFA e proteção de usuários remotos	26077	Subscrição (mensal)	600	R\$ 49,50	R\$ 29.700,00	R\$ 356.400,00	R\$ 1.782.000,00
VALORES TOTAIS ESTIMADOS - GRUPO ÚNICO (ITENS 1 a 5)							R\$ 847.673,52	R\$ 4.238.367,60

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses (máximo de 5 anos) contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é especialmente desejável para solução de altíssima criticidade para o funcionamento da instituição, afastando riscos relacionados a processos de transição contratual e, especialmente, relacionados à complexidade dos processos de implementação de soluções que, ainda que sejam comuns do ponto de vista de oferta, se mostram complexas do ponto de vista administrativo e técnico, tendo em vista que envolvem a instalação de infraestrutura específica entre unidades, preveem disponibilização de equipamentos, configuração e realização de testes de implantação, parametrização dos aspectos de segurança da Solução, capacitação da equipe de TI do Coren-SP dentre outros.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 2.1.** A Solução de TIC a ser contratada corresponde a Solução Integrada de Segurança de Rede, Autenticação e Conectividade.
- 2.2.** A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos, acessórios e programas necessários à instalação, operação e monitoração da Solução Contratada sem a cobrança de custos adicionais à Contratante. Ademais, os valores contratados deverão acobertar todos os custos relacionados à implantação da Solução, desde aqueles relacionados à disponibilização de infraestrutura, instalação e configuração de todos os hardwares, softwares, capacitação e serviços relacionados à Solução.
- 2.3.** A Solução acima descrita, foi objeto de escolha pela Equipe de Planejamento da Contratação após consideração dos achados da análise comparativa de soluções/cenários viáveis, bem como dos valores dos custos totais de propriedade das respectivas soluções/cenários, com maior detalhamento no tópico de justificativa técnica da escolha da solução abaixo.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

DAS NECESSIDADES DE NEGÓCIO

- 3.1.** A adoção de soluções de segurança e infraestrutura integradas no ambiente das empresas é criticamente importante para garantir a segurança das informações produzidas e transitadas. Isso inclui a combinação de várias tecnologias de segurança e infraestrutura, como rede SD-WAN, firewalls, VPN, IDS/IPS, antivírus, anti-spam, controle de acesso, MFA, Zero Trust entre outras, para proteger a rede e os dados da empresa.
- 3.2.** Uma das principais vantagens das soluções de segurança e infraestrutura integradas é que elas oferecem uma proteção completa e abrangente para a rede da organização. Elas fornecem uma camada adicional de segurança, analisando e bloqueando pacotes maliciosos antes que eles cheguem ao sistema e permitem que a empresa implemente políticas de segurança customizadas. Isso ajuda a garantir que somente usuários autorizados tenham acesso a informações críticas e que os sistemas estejam protegidos contra ameaças cibernéticas conhecidas.
- 3.3.** Outra vantagem, é que as soluções de segurança, quando integradas, permitem a centralização de gerenciamento de segurança, o que facilita a administração e monitoramento de todas as funções de segurança, além de fornecer relatórios e estatísticas importantes para a equipe de segurança. Ademais, as soluções de segurança integradas podem ser somadas com outras soluções, como sistemas de detecção e resposta às ameaças (EDR), o que aumenta ainda mais a segurança da rede.
- 3.4.** Por fim, essa é uma medida de segurança importante para uma empresa, pois ela ajuda a proteger contra ameaças cibernéticas e garante que somente usuários autorizados tenham acesso a informações críticas. Isso é fundamental para proteger os interesses da empresa e garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.
- 3.5.** As soluções integradas possibilitam, sem dúvida, uma melhor visibilidade e capacidade de resposta a ameaças, o que é crucial para mitigar riscos e manter a segurança da informação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DAS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

3.6. SD-WAN

3.6.1. A comunicação entre a unidade Sede e as unidades descentralizadas do Coren-SP, Subseções e Núcleos de Atendimento ao Profissional de Enfermagem (NAPEs) distribuídos em municípios do Estado de São Paulo é, atualmente, feita através de uma rede MPLS, com links dedicados de internet na Sede para o acesso à WEB. No entanto, a limitação de velocidade desses links tem causado gargalos na rede, implicando em dificuldades de acesso a novos serviços em nuvem, tais como e-mail e ferramentas do Microsoft 365, Solução de Comunicação e Produtividade atualmente utilizada pelo órgão. Além disso, a implementação de um sistema de monitoramento com câmeras IP de alta resolução nas subseções e NAPEs do Coren-SP tem causado lentidão na rede das unidades. Para solucionar esses problemas, é necessária a descentralização da saída de internet e adoção da tecnologia SD-WAN para garantir uma melhor qualidade de serviço e gerenciamento do tráfego de dados entre a Sede e unidades descentralizadas. Com essa mudança, cada Subseção ou NAPE terá o seu próprio link de internet, o que permitirá um maior consumo de banda e melhor desempenho na utilização dos serviços em nuvem, do sistema de monitoramento e de serviços disponíveis na internet.

3.6.2. Com a descentralização da saída de internet, é necessário garantir a segurança da rede da empresa. Por isso, será adotada uma solução de firewall centralizada que replique as regras para as filiais, possibilitando manter o controle e a segurança que temos atualmente, recurso que será adotado através da tecnologia SD-WAN.

3.6.3. Com a melhoria na conectividade, a experiência do usuário será significativamente melhorada, permitindo o acesso a novos serviços e tecnologias com maior velocidade e qualidade. Além disso, a adoção da tecnologia SD-WAN permitirá um gerenciamento mais eficiente da rede, permitindo a detecção e correção de problemas de conectividade com maior agilidade.

3.6.4. A adoção da tecnologia SD-WAN permitirá que a rede da empresa esteja preparada para o futuro, com a possibilidade de adoção de novas tecnologias e serviços em nuvem com maior facilidade e sem prejuízo à conectividade e segurança da rede. A redundância de links na sede oferece uma camada adicional de segurança e confiabilidade, garantindo que, em caso de falha em um dos links, a rede da empresa ainda possa se manter ativa e funcionando adequadamente. Dessa forma, a empresa pode se beneficiar de uma infraestrutura de rede robusta e resiliente, capaz de lidar com as demandas e desafios do ambiente empresarial atual e futuro.

3.6.5. Além disso, a adoção da tecnologia SD-WAN permite que se tenham equipamentos nas Subseções e NAPEs que estejam preparados para eventuais necessidades futuras de implementação de links redundantes também nessas unidades.

3.7. FIREWALL (UTM/NGFW)

3.7.1. O vencimento iminente (outubro de 2023) das licenças de segurança desse equipamento nos leva a buscar novas soluções no mercado, e soluções adjacentes que somem à proteção do UTM/NGFW, dado que o equipamento atual e a concepção de seu projeto datam de 5 (cinco) anos atrás, quando o cenário de ameaças cibernéticas era consideravelmente menos complexo e desafiador que o cenário atual.

3.7.2. Uma Solução de firewall UTM/NGFW quando em conjunto com solução de SD-WAN permite que a empresa que possui diversas unidades descentralizadas faça um gerenciamento centralizado das configurações de políticas de segurança, liberações, bloqueios e demais configurações, ao passo que não exige que todo o tráfego de internet seja roteado pela unidade



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

matriz da empresa, economizando banda de rede e internet.

3.7.3. A implementação de uma solução de firewall unificado (UTM/NGFW) é essencial para garantir a segurança das informações em uma empresa pública. UTM/NGFW é uma Solução que combina várias funções de segurança em uma única plataforma, incluindo firewall, VPN, IDS/IPS, antivírus, anti-spam e controle de acesso.

3.7.4. Uma das principais vantagens de uma solução firewall UTM/NGFW é que ela oferece uma proteção integrada e completa para a rede da empresa. Ele fornece uma camada adicional de segurança, analisando e bloqueando pacotes maliciosos antes que eles cheguem ao sistema e permite que a empresa implemente políticas de segurança customizadas. Isso ajuda a garantir que somente usuários autorizados tenham acesso a informações críticas e que os sistemas estejam protegidos contra ameaças cibernéticas conhecidas.

3.7.5. Por fim, a implementação de uma solução UTM/NGFW é uma medida de segurança importante para uma empresa pública, pois ela ajuda a proteger contra ameaças cibernéticas, permitindo a implementação e combinação de diversas soluções de segurança essenciais para uma rede empresarial. Isso é fundamental para proteger tanto os interesses dos cidadãos como também da própria empresa e garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

SOLUÇÃO DE AUTENTICAÇÃO MULTIFATORIAL (MFA)

3.8. O relatório *Microsoft Digital Defense Report 2022*¹ que destrincha os detalhes do cenário e tendências de ataques e métodos de defesa cibernética, informa que o número de ataques baseados em senha cresceu 74% em 2022, indicando uma necessidade latente de inovação e implementação de métodos que protejam as empresas de ataques baseados em roubo de senha ou adivinhação, como é a solução MFA.

3.9. A implementação de uma Solução de Autenticação Multifatorial (MFA, do inglês Multi-factor Authentication) é essencial para garantir a segurança das informações em uma empresa pública. A MFA adiciona uma camada adicional de segurança ao processo de autenticação, exigindo que o usuário forneça mais de uma forma de prova de identidade antes de ter acesso aos sistemas e dados da empresa.

3.10. Uma das principais vantagens da MFA é que ela ajuda a proteger contra ataques de phishing e outras táticas de engenharia social, pois exige que o usuário tenha acesso físico a um dispositivo de autenticação, como um token de segurança ou um telefone celular, além de sua senha. Isso significa que, mesmo se um invasor conseguir obter as credenciais de login de um usuário, ele ainda não será capaz de acessar os sistemas e dados da empresa sem acesso ao dispositivo de autenticação.

3.11. Outra vantagem da MFA é que ela permite que a empresa implemente políticas de acesso condicional, como restringir o acesso a sistemas sensíveis somente a usuários que estejam conectados a uma rede confiável ou que estejam usando um dispositivo gerenciado pela empresa. Isso ajuda a garantir que somente os usuários autorizados tenham acesso a informações críticas e que esses usuários estejam usando dispositivos seguros.

¹ Disponível em: <https://query.prod.cms.rt.microsoft.com/cms/api/am/binary/RE5bUvv?culture=en-us&country=us>. Acesso: 06.06.2023.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.12. Assim, a implementação de uma solução de MFA é uma medida de segurança importante para uma empresa pública, pois ela ajuda a proteger contra ameaças cibernéticas e garante que somente usuários autorizados tenham acesso a informações críticas através da múltipla validação da identidade do usuário. Isso é fundamental para proteger tanto os interesses dos cidadãos como também da própria empresa.

SOLUÇÕES INTEGRADAS

3.13. Utilizar tecnologias do mesmo fabricante para segurança da informação de uma empresa pode trazer várias vantagens. A principal delas é a integração entre as diferentes soluções. Com tecnologias do mesmo fabricante, é mais fácil fazer com que diferentes sistemas de segurança trabalhem juntos de forma eficiente. Isso pode incluir, por exemplo, a integração entre um firewall e um sistema de detecção de intrusão, ou entre um sistema de autenticação e uma solução de gerenciamento de acesso.

3.14. Outra vantagem é a facilidade de gerenciamento. Se uma empresa usa tecnologias de diferentes fabricantes, pode ser necessário contratar especialistas em cada uma delas para garantir que tudo esteja funcionando corretamente. Ao escolher uma única empresa, é possível contar com especialistas que entendem como todas as soluções funcionam juntas. Além disso, esses especialistas também podem oferecer suporte e monitoramento mais rápido e eficiente em caso de problemas.

3.15. Além disso, usar tecnologias do mesmo fabricante pode permitir que a empresa aproveite melhor as atualizações e novas funcionalidades. Isso pode ser particularmente importante se a empresa estiver lidando com ameaças cibernéticas em constante evolução.

3.16. Assim sendo, as soluções de segurança de um único fabricante podem ser mais fáceis de licitar e comprar, pois a empresa tem mais facilidade para negociar e realizar a aquisição de licenças e equipamentos.

3.17. Em resumo, usar tecnologias do mesmo fabricante para segurança da informação de uma empresa pode trazer benefícios significativos, como integração, facilidade de gerenciamento, melhor aproveitamento de atualizações e novas funcionalidades, e facilidade de licitação e compra.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio:

4.2. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.2.1. Possuir compatibilidade com o Microsoft Hyper – V 2022 e superior;

4.2.2. Não deverá limitar o número de múltiplas vCPUs;

4.2.3. Não deverá definir limites para a expansão da memória RAM;

4.2.4. Deverá gerenciar, no mínimo, 30 (trinta) unidades (NGFW ou sistemas virtuais) dos equipamentos SD-WAN/NGFW de forma simultânea;

4.2.5. Como parte da visibilidade dos dispositivos gerenciados centralmente, a Solução deverá ter visibilidade do status do link, desempenho do aplicativo, utilização da largura de banda e conformidade com o SLA objetivo;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.2.6.** Possuir a capacidade de automatizar fluxos de trabalho e configurações para dispositivos gerenciados em uma única console;
- 4.2.7.** Possuir recurso de Multi-tenancy para separar os dados de gerenciamento da infraestrutura lógica ou geograficamente e permitir a implantação do zero touch para o rápido provisionamento em massa;
- 4.2.8.** Executar backups de configuração automáticos em até 5 (cinco) nós, contendo atualizações de todos os dispositivos gerenciados;
- 4.2.9.** Possuir a capacidade de permitir o provisionamento de comunidades VPN e monitorar as conexões VPN de todos os dispositivos gerenciados a partir de uma única console e exibir sua localização geográfica em um mapa;
- 4.2.10.** Permitir o uso de APIs RESTful para permitir a interação com portais personalizados na configuração de objetos e políticas de segurança.
- 4.2.11.** Suportar acesso via SSH, cliente, WEB (HTTPS), SNMP V2 e API aberta;
- 4.2.12.** Permitir acesso concorrente de administradores;
- 4.2.13.** Possuir interface baseada em linha de comando para administração da solução de gerência;
- 4.2.14.** Possuir um mecanismo de busca por comandos no gerenciamento via SSH, facilitando a localização de comandos;
- 4.2.15.** Possuir funcionalidade de bloqueio de alterações, no caso de acesso simultâneo de dois ou mais administradores;
- 4.2.16.** Possibilitar a definição de perfis de acesso à console com permissões granulares, tais como: acesso de escrita, acesso de leitura, criação de usuários, alteração de configurações;
- 4.2.17.** Gerar alertas automáticos via E-mail;
- 4.2.18.** Gerar alertas automáticos via SNMP;
- 4.2.19.** Gerar alertas automáticos via Syslog;
- 4.2.20.** Suportar backup/restore de todas as configurações da solução de gerência, permitindo ao administrador agendar backups da configuração em um determinado dia e hora incluindo recorrência no agendamento;
- 4.2.21.** Permitir ao Administrador transferir os backups para um servidor SCP;
- 4.2.22.** Permitir aos administradores se autenticarem nos servidores de gerência através de contas de usuários LOCAIS;
- 4.2.23.** Permitir aos administradores se autenticarem nos servidores de gerência através de bases externas TACACS, LDAP e RADIUS;
- 4.2.24.** Permitido aos administradores se autenticarem nos servidores de gerência através de Certificado Digital X.509 (PKI);



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.2.25.** Suportar sincronização do relógio interno via protocolo NTP;
- 4.2.26.** Registrar as ações efetuadas por quaisquer usuários;
- 4.2.27.** Suportar SNMP versão 2 e versão 3 nos equipamentos de gerência;
- 4.2.28.** Permitir habilitar e desabilitar, para cada interface de rede da solução de gerência, permissões de acesso HTTP, HTTPS, SSH, SNMP e Telnet;
- 4.2.29.** Permitir virtualizar a solução de gerência, de forma que cada administrador possa gerenciar, visualizar e editar apenas os dispositivos autorizados e cadastrados no seu ambiente virtualizado;
- 4.2.30.** Permitir criar administradores que tenham acesso à todas as instancias de virtualização;
- 4.2.31.** Garantir a integridade do item de configuração, através de bloqueio de alterações, em caso de acesso simultâneo de dois ou mais administradores no mesmo ativo;
- 4.2.32.** Possibilitar a criação e administração de políticas de firewall, controle de aplicação, sistema de prevenção a intrusão (IPS – Intrusion Prevention System), antivírus, filtro de URL;
- 4.2.33.** Permitir usar palavras chaves ou cores para facilitar identificação de regras;
- 4.2.34.** Permitir localizar em quais regras um objeto (ex. computador, serviço, etc.) está sendo utilizado;
- 4.2.35.** Atribuir sequencialmente um número a cada regra de firewall, de NAT ou de QoS;
- 4.2.36.** Permitir a criação de regras que fiquem ativas em horário definido;
- 4.2.37.** Permitir a criação de regras com data de expiração;
- 4.2.38.** Possuir mecanismo de validação das políticas, avisando quando houver regras que ofusquem ou conflitem com outras (ou, alternativamente, garantir que esta exigência seja plenamente atendida por meio diverso);
- 4.2.39.** Possibilitar a visualização e comparação de configurações atuais, configuração anterior e configurações antigas;
- 4.2.40.** Possuir um sistema de backup/restauração de todas as configurações da solução de gerência, assim como permitir ao administrador agendar backups da configuração em um determinado dia e hora;
- 4.2.41.** Garantir que quando houver novas versões de software dos equipamentos, seja realizada a distribuição e instalação remota de maneira centralizada;
- 4.2.42.** Permitir criar os objetos que serão utilizados nas políticas de forma centralizada.
- 4.2.43.** Além dos requisitos mencionados, a contratada deverá observar o anexo II – Requisitos Técnicos da Solução.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Requisitos de Capacitação

- 4.3.** Considerando a contratação de Solução ainda não implementada no ambiente do Coren-SP, torna-se necessária a capacitação de funcionários da equipe da Gerência de Tecnologia da Informação do Coren-SP (GTI) para o adequado gerenciamento dessas soluções e adequada implementação da proteção da rede. Para tanto, deverá ser fornecido treinamento para, ao menos, 6 (seis) empregados da GTI;
- 4.4.** Os treinamentos deverão corresponder aos programas oficiais dos fabricantes da Solução, em termos de conteúdo e carga horária mínima.
- 4.5.** Os treinamentos deverão ser ministrados por instrutores certificados pelos fabricantes das respectivas Soluções ofertadas.
- 4.6.** Os treinamentos poderão ser ministrados *online* ou realizados presencialmente, na Sede do Coren-SP ou em endereço a ser indicado na cidade de São Paulo. Em quaisquer hipóteses, deverá a Contratada providenciar a infraestrutura e material que permitam o completo aproveitamento do conteúdo a ser transmitido.

Requisitos Legais

- 4.7.** Além da legislação e instruções relacionadas às contratações realizadas sob a Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes normativos estão vinculados ao objeto desta contratação:
- 4.8.** Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC pelos órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo Federal e adotado pelo Coren SP como boa prática;
- 4.9.** Portaria Coren SP/Plenário/024/2016, de 22 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo;
- 4.10.** A Solução ofertada deverá estar em consonância com Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Requisitos de Manutenção

- 4.11.** Deverão ser ofertados pela CONTRATADA, durante todo o período de vigência contratual,² serviços de suporte técnico de manutenção e monitoramento para toda a Solução contratada;
- 4.12.** O serviço de suporte técnico da CONTRATADA deverá ser efetuado segundo as melhores práticas do fabricante/desenvolvedor da Solução, visando sempre o máximo desempenho, disponibilidade e segurança, por técnicos devidamente certificados, de modo a garantir total interoperabilidade no ambiente computacional;
- 4.13.** Os serviços de monitoramento deverão acompanhar a disponibilidade e desempenho dos ativos de TIC vinculados à solução e seus respectivos subsistemas;

² Por se tratar de Solução tecnológica complexa, proprietária e essencial para o funcionamento do conselho, é requisito que haja suporte e manutenção dessas soluções, para que haja respaldo da área de TI em casos de problemas, defeitos ou incidentes com a solução, por todo o período em que a mesma estará em operação no órgão.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.14. Os serviços de monitoramento da Solução deverão ser contínuos, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana (24x7), produzindo análises que predigam, prevejam, previnam, detectem e respondam efetivamente às ameaças, atuando proativamente como suporte de primeiro nível aos incidentes cibernéticos, monitorando o ambiente lógico da Contratante e identificando, classificando, interrompendo e catalogando todas as tentativas de ataque aos sistemas e à infraestrutura da Contratante;

4.15. Deverão ser executadas medidas preventivas com o objetivo de identificar e conter possíveis ataques e invasões aos ativos da Contratante.

4.16. Deverão ser realizadas atualizações e correções de todos os componentes da Solução ofertada durante a vigência contratual, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

4.17. Deverão ser realizadas atualizações de versões das licenças eventualmente empregadas para operação da Solução durante toda a vigência contratual, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

4.18. Deverão ser fornecidas novas versões corretivas ou evolutivas dos softwares, mesmo em caso de mudança de designação do nome do software, devendo compreender a correção de falhas e implementações de melhorias no produto, independentemente de correções tornadas públicas.

4.19. Os serviços deverão ser prestados pela CONTRATADA ou, a depender da natureza do chamado, diretamente pelo fabricante/desenvolvedor da Solução, ficando a CONTRATADA obrigada a mediar este atendimento, se necessário;

4.20. Os serviços de suporte incluirão o monitoramento proativo de ameaças, bem como administração das ferramentas e serviços contratados no modelo de ADMINISTRAÇÃO COMPARTILHADA.

4.21. A Administração compartilhada será entre a CONTRATANTE E CONTRATADA, considerada a seguinte definição de responsabilidades:

a) a CONTRATANTE terá autonomia para realizar alterações de configuração nos equipamentos de Firewall ofertados, com os devidos acessos e usuários administradores para login nas ferramentas de gerenciamento e relatórios;

b) a CONTRATADA também poderá realizar a configuração das ferramentas que compõem as soluções sob sua administração, a fim de garantir o uso eficiente delas;

c) a CONTRATADA deverá acionar o fabricante das ferramentas, sob sua administração, sempre que necessário, sem nenhum custo adicional para o CONTRATANTE;

d) a CONTRATADA deverá executar rotinas de monitoramento proativo nos ativos ofertados e nas funcionalidades de segurança, tomando ações de correção e combate a ameaças e notificando a CONTRATADA a respeito de casos de incidentes de segurança, ataques e outros eventos relevantes;

4.21.1. Considerada a divisão de responsabilidades acima definida, Matriz de Responsabilidades poderá ser elaborada e assinada entre as partes durante a implantação da Solução, compondo dos documentos que disciplinarão a execução contratual.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.22. O suporte da CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a canais de atendimento (telefônico e eletrônico) para abertura de chamados, consultas e envio de arquivos para análise durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias no ano, durante todo o período da contratação;

4.23. Os serviços de suporte técnico à Contratante, telefônicos ou por meio de recursos de informática, deverão ser ofertados em língua portuguesa (Português 'Brasileiro');

4.24. Todas as formas de abertura de chamado disponíveis deverão estar efetivamente operacionais;

4.25. Os chamados serão classificados, em comum acordo pelas partes, de acordo com a SEVERIDADE do problema, como seguem:

NÍVEL DE SEVERIDADE	SITUAÇÃO/IMPACTO	DESCRIÇÃO
NÍVEL 1	Situação Crítica / Sistema Indisponível	Sistemas inoperantes ou paralisação total do ambiente.
NÍVEL 2	Impacto Grave	Sistemas operam com paralisação parcial do ambiente
NÍVEL 3	Impacto Moderado	Sistemas operam com degradação de desempenho
NÍVEL 4	Impacto Mínimo	Há uma necessidade de configuração adicional no ambiente / Há uma necessidade de relatório ou dúvida da equipe técnica referente ao funcionamento da Solução.

4.26. Os prazos, em horas corridas, para início de atendimento e prazos para o fim do atendimento com uma solução definitiva ou de contorno são:

NÍVEL DE SEVERIDADE	PRAZO (EM HORAS CORRIDAS) PARA INÍCIO DE ATENDIMENTO (RESPOSTA) PARTIR DA ABERTURA DO CHAMADO	PRAZO (EM HORAS CORRIDAS) PARA O FIM DO ATENDIMENTO
1	2 (duas) horas	4 (quatro) horas
2	2 (duas) horas	8 (oito) horas
3	8 (oito) horas	16 (dezesesseis) horas
4	16 (dezesesseis) horas	36 (trinta e seis) horas

4.27. Especialmente, após a implantação dos circuitos de acesso dedicado à internet, as solicitações que envolvam solicitações de instalações, retirada e alteração de características físicas já existentes, incluindo as configurações em equipamentos de comunicação de dados decorrentes dessas mudanças, dar-se-ão através de Ordens de Serviço (OS) encaminhadas pela Contratante, sendo que estas solicitações deverão ser executadas pela Contratada em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos contados do envio da solicitação.

4.28. Ao término de atendimentos de Suporte, quando solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar Relatório de Atendimento contendo, minimamente, data e hora da abertura do chamado; data e hora do início e do término do atendimento; número de identificação do chamado; identificação do defeito ou falha na Solução; nome do funcionário da CONTRATANTE que abriu o chamado; nome do funcionário da CONTRATADA que efetuou o atendimento; descrição do problema;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

nível de classificação do chamado; informações sobre alteração de nível; e descrição da solução adotada e sobre a sua eficácia.

4.29. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, ou ter acesso por meio de sítio na internet ou aplicação eletrônica a relatórios mensais referentes às solicitações de serviços, abrangendo informações **completas** dos chamados abertos e fechados, com um status para aqueles resolvidos no período.

4.30. A CONTRATADA deverá apoiar o CONTRATANTE em caso de mudanças requeridas por conta de atualizações ou remanejamentos de infraestrutura sem custo adicional.

4.31. Requisitos mínimos e obrigatórios dos **SERVIÇOS DE GERÊNCIA DE REDE ENCONTRAR-SE-ÃO DETALHADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO.**

4.32. Parâmetros de Qualidade

4.32.1. O serviço prestado deverá ter sua qualidade medida mensalmente, para fins de pagamento, por meio dos seguintes critérios:

4.32.1.1. Disponibilidade do *link* de comunicação de dados conforme critérios estabelecidos;

4.32.1.2. Latência, tempo de resposta, taxa de erro e perda de pacotes, de acordo com critérios estabelecidos;

4.32.1.3. Disponibilidade da central de atendimento conforme períodos e horários exigidos;

4.32.1.4. Agilidade, cortesia e presteza no atendimento do suporte técnico;

4.32.1.5. Eficiência das soluções definitivas apresentadas;

4.32.1.6. Nenhuma penalidade aplicada à CONTRATADA no período;

4.32.1.7. Atendimento às demais exigências contratuais.

4.33. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

4.33.1. Caberá à CONTRATADA apresentar novas soluções dentro dos prazos e condições aqui estabelecidas, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas, caso sejam detectados erros ou impropriedades na solução apresentada.

4.33.2. Faculta-se à CONTRATADA substituir temporariamente o equipamento, peça ou componente defeituoso por outros de mesmas características técnicas ou superiores, quando então, a partir de seu pleno estado de funcionamento, ficará suspensa a contagem do prazo de solução definitiva.

4.33.3. O prazo máximo para a substituição temporária descrita no subitem anterior será de 30 (trinta) dias, sendo que neste prazo o equipamento, peça e componente deverá ser devolvido ao Coren-SP em pleno estado de funcionamento ou ser substituído definitivamente.

4.33.4. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer equipamento, peça e componente que venha a se enquadrar em um dos seguintes casos:

4.33.4.1. Ocorrência de 3 (três) ou mais chamados técnicos de manutenção corretiva dentro de um período contínuo qualquer de 30 (trinta) dias;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.33.4.2. Soma dos tempos de paralisação que ultrapasse 15 (quinze) horas dentro de um período contínuo qualquer de 30 (trinta) dias;

4.33.4.3. Problemas recorrentes em um período contínuo de 90 (noventa) dias contados a partir da abertura do primeiro chamado.

4.33.5. No caso de inviabilidade da solução definitiva do problema apresentado no equipamento, peça e componente, independentemente do enquadramento nos casos previstos no subitem anterior, faculta-se à CONTRATADA promover a sua substituição em caráter definitivo.

4.33.6. A substituição definitiva será admitida a critério do Coren-SP após prévia avaliação técnica quanto às condições de uso e compatibilidade do equipamento, peça e componente ofertado, em relação àquele que está sendo substituído.

4.33.7. O fornecimento do *link* de comunicação de dados deverá obedecer aos seguintes critérios:

4.33.7.1. Latência máxima/Tempo de resposta: 100ms (cem milissegundos);

4.33.7.2. Perda de pacotes máxima: 2% (dois por cento);

4.33.7.3. A CONTRATADA deverá realizar as duas medições acima, através de sua plataforma de monitoração, em todos os períodos do dia, apresentando-as em valores referentes a cada intervalo de cinco minutos;

4.33.7.4. Considerar-se-á indisponibilidade do serviço, além dos casos em que houver parada total, o período em que o valor dos itens anteriores superar(em) o limite máximo continuamente por mais de 30 minutos;

4.33.7.5. Serão desconsideradas as medições que ultrapassem os limites máximos quando a CONTRATADA comprovar que a utilização do enlace era superior a 90% da velocidade CONTRATADA no mesmo intervalo;

4.33.7.6. Disponibilidade mínima: 99% (noventa e nove por cento), correspondente a 7,3 horas/mês;

4.33.7.7. A apuração e/ou contabilização das grandezas acima definidas, para efeito de aferição de resultados, dar-se-á mensalmente por meio dos relatórios e ferramentas de gerência de disponibilidade fornecidos pela CONTRATADA e utilizados pelo Coren-SP;

4.33.7.8. Todos os relatórios deverão ser fornecidos por meio de sistema ou ferramenta apropriada que permita a realização de filtros de busca. Como exemplo busca de relatório por período específico.

4.33.8. No que se refere ao equipamento roteador

4.33.8.1. Taxa máxima de utilização de CPU e Memória: 70% (setenta por cento);

4.33.8.2. Taxa máxima de pacotes processados: 70% (setenta por cento) da capacidade total;

4.33.8.3. As taxas máximas referentes ao roteador só serão levadas em consideração quando se mantiverem constantes em valores maiores ou iguais aos especificados por um período mínimo de 5 (cinco) minutos ou ocorrerem repetidas vezes por períodos menores;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.33.8.4.** A operação do roteador com taxas superiores às especificadas nos itens anteriores implicará na sua substituição por outro de maior capacidade;
- 4.33.8.5.** O roteador deverá ter capacidade para recebimento de pacotes de roteamento, que contemplem todas as rotas disponíveis na Internet;
- 4.33.8.6.** As taxas e índices mencionados aqui deverão ser aferidos e apresentados no portal de gerência a ser disponibilizado pela CONTRATADA;
- 4.33.8.7.** Sempre que os limites estabelecidos para verificação da conformidade dos parâmetros de desempenho dos roteadores da rede forem ultrapassados (ocupação de CPU e/ou memória superior a 70%), a CONTRATADA deverá promover a adequação do equipamento em um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, ou em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, caso haja a necessidade de adequação física do roteador, como troca de componentes ou do próprio equipamento. A partir do primeiro dia de atraso, será aplicado o desconto de 11/30 do custo mensal do link. A cada dia adicional de atraso, será acrescido 1/30 ao desconto estabelecido acima.
- 4.33.9.** O serviço também será considerado em indisponibilidade a partir do momento em que qualquer anormalidade afete seu perfeito funcionamento – inclusive em relação ao desempenho, independentemente do mesmo continuar (parcialmente) operante e neste caso:
- 4.33.9.1.** Sempre que o Coren-SP perceber algum problema ou anormalidade no funcionamento do serviço, o mesmo registrará um chamado junto à CONTRATADA. Neste caso, quando confirmada alguma anormalidade, o tempo decorrido entre o registro do chamado pelo Coren-SP e o retorno do serviço às condições normais de funcionamento será considerado como indisponibilidade;
- 4.33.9.2.** A CONTRATADA deverá realizar a abertura automática de chamado em caso de indisponibilidade ou anomalia no serviço prestado. Neste caso, a equipe técnica do Coren-SP deverá ser informada através de *e-mail*, *SMS* ou outro meio de comunicação definido por ela.
- 4.33.10.** Manutenções e/ou intervenções no serviço que possam alterar sua disponibilidade ou características, quando necessários, deverão ser autorizados pelo Coren-SP e solicitados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- 4.33.11.** Qualquer solicitação à CONTRATADA pertinente ao objeto deste Edital, para a qual não exista prazo de atendimento especificamente estipulado, deverá ser atendida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da solicitação.
- 4.33.12.** A apresentação das informações relacionadas a desempenho dos *links* e equipamentos, além de outras relativas aos Níveis de Mínimos de Serviço, deverá estar disponível por meio de uma ferramenta de gerência que será acessada através da Internet por intermédio de um navegador *Web* (a aplicação fornecida deverá funcionar pelo menos nos navegadores Chrome, Edge ou Firefox), com acesso restrito através de usuário/senha eletrônica e utilizando o protocolo HTTPS.
- 4.33.13.** A página que possuirá as informações de rede, disponibilizada pela CONTRATADA, deverá possibilitar que a gerência de rede do Coren-SP realize consultas, visualize e imprima relatórios das informações de desempenho de rede nos *links* de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

internet do Coren-SP.

4.33.14. As estatísticas de desempenho geradas através do uso de *SNMP*, *ICMP*, *Netflow*, *Sflow* ou de algum outro protocolo de controle de rede, poderão ser visualizadas tanto na forma textual como também na forma gráfica, deverão estar disponíveis durante todo período de duração do contrato e fornecerão as seguintes informações:

4.33.14.1. Topologia do serviço internet, identificando e apresentando o estado de cada ativo de rede da solução provida ao Coren-SP;

4.33.14.2. Consumo de *CPU* e consumo de memória de cada ativo de rede, quando disponível;

4.33.14.3. Utilização de banda para cada interface de cada ativo de rede, informando o volume de tráfego (em bits e pacotes);

4.33.14.4. Percentual de descarte de pacotes para cada interface de cada ativo de rede;

4.33.14.5. Percentual de pacotes com erros para cada interface de cada ativo de rede;

4.33.14.6. Amostragem do fluxo de tráfego verificado no roteador.

4.33.15. O *link* de comunicação de dados que a CONTRATADA possui com o *backbone* internet internacional deverá ter um percentual médio de utilização de, no máximo, 80% (oitenta por cento), índice este que deverá ser comprovado pela CONTRATADA sempre que solicitada pela equipe técnica do Coren-SP, por meio de relatórios e ferramentas de aferição apropriadas.

4.33.16. A CONTRATADA deverá manter registro dos eventos, que porventura tenham provocado interrupções no *link* de comunicação de dados dentro do período de duração do contrato, de modo a justificar ao Coren-SP a não consideração de tempos de inoperância, causados por falta de energia elétrica nas dependências do Conselho, por ações ou solicitações do Coren-SP ou ainda por manutenções programadas.

4.33.17. A CONTRATADA somente poderá efetuar manutenção técnica no *link* de comunicação de dados e/ou nos equipamentos disponibilizados ao Coren-SP, após aprovação por parte da GTI (Gerência de Tecnologia da Informatização). Caso a manutenção seja efetuada sem o consentimento do Conselho, a prestadora estará sujeita às penalidades previstas.

4.33.18. A contagem do prazo de atendimento e solução definitiva de cada chamado será a partir da abertura do chamado na Central de Atendimento disponibilizada pela CONTRATADA ou abertura automática de chamado pela CONTRATADA, até o momento da comunicação da solução definitiva do problema e aceite pela equipe técnica da GTI.

4.33.19. Após concluído o suporte técnico, a CONTRATADA comunicará o fato à equipe técnica da GTI e solicitará autorização para o fechamento do chamado. Caso a GTI não confirme a solução definitiva do problema, o chamado permanecerá aberto até que seja efetivamente solucionado pela prestadora. Nesse caso a GTI fornecerá as pendências relativas ao chamado aberto.

4.33.20. A GTI encaminhará à CONTRATADA, quando da reunião de alinhamento



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

de expectativas, relação nominal da equipe técnica autorizada a abrir e fechar chamados de suporte técnico.

4.33.21. A disponibilidade do serviço de comunicação de dados corresponde ao percentual de tempo, durante um período mensal de operação, em que o serviço esteve em condições normais de funcionamento. Tal percentual não poderá ser inferior a 99% (noventa e nove por cento).

4.33.22. Mensalmente, deverá ser calculado o percentual de disponibilidade para cada um dos serviços descritos a seguir, com base na seguinte fórmula:

$IDM = [(Tom - Ti) / Tom] * 100$, onde:

IDM = Índice de Disponibilidade Mensal.

Ti = Somatório dos minutos de interrupção observados para o serviço durante o período de faturamento mensal.

Tom = Somatório dos minutos de operação no período mensal de operação.

4.33.23. Sempre que forem apurados percentuais de disponibilidade que estejam abaixo dos limites mínimos estabelecidos, os somatórios dos tempos de inoperância, dentro do período de faturamento, serão descontados dos custos mensais dos serviços, tomando-se como base a seguinte fórmula:

$Dc = (Cm * Ti) / Tom$, onde:

Dc= Valor do desconto.

Cm= Custo mensal do serviço.

Ti= Somatório dos minutos de interrupção observados para o serviço durante o período de faturamento mensal.

Tom = Somatório dos minutos de operação no período mensal de operação.

4.33.24. A CONTRATADA tornará disponíveis informações sobre desempenho e falhas do *link* de comunicação de dados de forma interativa (*online*), a partir do momento da entrada do serviço em operação.

4.33.25. Ficam também estabelecidos limites de tolerância para os percentuais de disponibilidade calculados, que ao serem excedidos, determinarão glosas específicas nos custos dos serviços, conforme demonstrado a seguir:

4.33.25.1. Percentuais de disponibilidade inferiores a 90% ensejarão a glosa de 50% do custo mensal do *link* de comunicação;

4.33.25.2. Percentuais de disponibilidade inferiores a 80% ensejarão a glosa de 100% do custo mensal do *link* de comunicação.

4.33.26. Para efeito de cálculo de disponibilidade, os seguintes índices também serão considerados:

4.33.26.1. A CONTRATADA deverá realizar aferições do total de pacotes trafegados e do total de pacotes com erro nos *links* contratados;

4.33.26.2. A CONTRATADA deverá coletar informações de pacotes trafegados e pacotes com erro em intervalos de, no máximo, 5 minutos e calcular a taxa de erros em cada dia dentro do período de faturamento mensal, para cada um dos canais de comunicação;

4.33.26.3. A taxa de erro máxima admitida para os canais de comunicação é de 10^2 pacotes;

4.33.26.4. Mensalmente, ao encaminhar suas notas fiscais de prestação de serviços,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

a CONTRATADA deverá tornar disponível no portal as medições de pacotes trafegados e pacotes com erro, bem como o cálculo das taxas de erros verificadas em cada um dos dias do período de faturamento mensal, para cada canal de comunicação;

4.33.27. O valor a ser descontado do faturamento, deverá ser calculado com base na seguinte fórmula:

$Dc = [(Cm * Td) / Tod]$, onde:

Dc = Valor do desconto.

Cm= Custo mensal do canal de comunicação.

Td= Somatório de dias, dentro do período de faturamento, em que a taxa de erros calculada esteve acima da taxa de erros máxima admitida.

Tod = Somatório dos dias de operação no período mensal de operação.

4.33.28. Ficam também estabelecidos limites de tolerância para a quantidade de dias, que venham a apresentar taxas de erros superiores ao valor máximo admitido, conforme demonstrado a seguir:

4.33.28.1. Quando Td for maior que 4 (quatro) será efetuada a glosa de 50% do custo mensal do *link* de comunicação.

4.33.28.2. Quando Td for maior que 8 (oito) será efetuada a glosa de 100% do custo mensal do *link* de comunicação.

4.33.29. A CONTRATADA deverá realizar aferições dos tempos de resposta do *link* de comunicação;

4.33.30. A CONTRATADA deverá coletar informações de tempos de resposta em intervalos de, no máximo, 5 minutos, em cada dia;

4.33.31. Para coletar os tempos de resposta do *link* de comunicação, a CONTRATADA a deverá considerar medições entre a porta de comunicações com a internet e o roteador que implementa o *link* de comunicação no Coren-SP;

4.33.32. Mensalmente, ao encaminhar suas faturas de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá tornar disponível no portal os valores coletados, tomando como base o intervalo compreendido entre 07h00 e 20h00, para cada dia do período de faturamento mensal;

4.33.33. As médias diárias obtidas para as amostras dos tempos de resposta (07h00 e 20h00) não poderão exceder as médias de 100 ms (cem milissegundos);

4.33.34. O valor a ser descontado do faturamento, deverá ser calculado com base na seguinte fórmula:

$Dc = [(Cm * Td) / Tod]$

onde: Dc= Valor do desconto.

Cm= Custo mensal do canal de comunicação.

Td= Somatório de dias, dentro do período de faturamento, em que o Tempo de Resposta calculado esteve acima do Tempo de Resposta máximo admitida.

Tod = Somatório dos dias de operação no período mensal de operação.

4.33.35. Ficam também estabelecidos limites de tolerância para a quantidade de dias, que venham a apresentar médias de tempos de resposta, superiores aos valores



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

máximos admitidos para as correlações descritas, conforme demonstrado a seguir:

4.33.35.1. Quando Td for maior que 6 (seis) será efetuada a glosa de 40% do custo mensal do *link* de comunicação.

4.33.35.2. Quando Td for maior que 10 (dez) será efetuada a glosa de 60% do custo mensal do *link* de comunicação.

4.33.35.3. Quando Td for maior que 15 (quinze) será efetuada a glosa de 100% do custo mensal do *link* de comunicação.

4.33.36. Os descontos descritos acima somente serão considerados, quando dentro do período de observação (07h00 e 20h00), o link apresentar taxas de utilização de banda inferiores a 70%.

4.33.37. Para cada dia de atraso na instalação do circuito, a CONTRATADA será penalizada em 1/30 do valor mensal pago pelo CONTRATANTE.

4.33.38. Quando a CONTRATADA deixar de atender chamado técnico dentro do prazo estabelecido, por hora ou fração de atraso, será penalizada em 2% (dois por cento) do valor mensal do contrato, para cada chamado não atendido.

Requisitos Temporais

4.34. Os serviços de instalação e configuração da solução compreenderão desde o início do projeto até a finalização da implantação, que será objeto de aprovação pela Equipe Técnica da contratante.

4.35. O projeto de implantação da Solução deverá contemplar todos os itens de serviços contratos, relacionados aos links dedicados de acesso à internet, SD-WAN, MFA, Zero Trust, Gerência Centralizada etc.;

4.36. Os cronogramas elaborados ou aprovados pelo COREN-SP, no tocante à implantação do sistema, liberações de licenças, treinamento da solução, manutenção, suporte e operação, bem como os prazos estipulados no instrumento deverão ser respeitados pela CONTRATADA;

4.37. O prazo máximo para conclusão do projeto é de 90 (noventa) dias corridos a partir da assinatura do contrato, conforme **CRONOGRAMA** abaixo:

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO			
ID	AÇÕES/ETAPAS	RESPONSÁVEL(IS)	PRAZOS PARA REALIZAÇÃO/CONCLUSÃO (CONTADOS EM DIAS CORRIDOS)
1	Reunião Inicial / Avaliação do Ambiente (a ser realizada presencialmente, na Sede da Contratante)	CONTRATANTE E CONTRATADA	Até 5 (cinco) dias corridos a partir do início da vigência contratual.
2	Apresentação de Plano de Implantação, contendo relação e cronograma das atividades de implantação da Solução, bem como disponibilização de facilitadores e canais para suporte à Contratante.	CONTRATADA	Até 10 (dez) dias corridos a partir da Reunião Inicial.
3	Aprovação do Plano de Implantação	CONTRATANTE	Até 5 (cinco) dias corridos a partir da conclusão da ação anterior.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4	Entrega das licenças da solução para conexão e proteção de usuários remotos.	CONTRATADA	Até 40 (quarenta) dias corridos a partir da aprovação do Plano de Implantação
5	Entrega e instalação dos equipamentos, links de internet dedicada e licenças que serão instalados na Sede do Coren-SP	CONTRATADA	Até 40 (quarenta) dias corridos a partir da aprovação do Plano de Implantação
6	Entrega e instalação dos equipamentos, links de internet dedicada e licenças que serão instalados nas Subseções e NAPEs do Coren-SP	CONTRATADA	Até 50 (cinquenta) dias corridos a partir da aprovação do Plano de Implantação
7	Capacitação da Equipe de TI do Coren-SP	CONTRATADA	Até 60 (sessenta) dias corridos a partir da aprovação do Plano de Implantação, mediante agendamento prévio junto à Contratante
8	Aceite da Implantação da Solução	CONTRATANTE	Até 10 (dez) dias corridos a partir da conclusão das ações 4, 5, 6 e 7
9	Entrega de relatório técnico definitivo da instalação.	CONTRATADA	Até 10 (dez) dias corridos a partir do Aceite da Implantação da Solução
10	AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E INÍCIO DO PERÍODO MENSAL DE FATURAMENTO	CONTRATANTE E CONTRATADA	Os serviços de manutenção e suporte técnico da Solução se iniciarão no primeiro dia útil de execução dos serviços.

4.38. Os prazos do cronograma acima poderão ser ajustados de acordo com os riscos e impactos avaliados pela contratante;

4.39. Os prazos definidos neste documento ou formalmente ajustados junto à contratante deverão ser estritamente observados sob risco da aplicação de penalidades administrativas.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.40. A Contratada deverá cumprir a política de segurança da informação da contratante e assumir responsabilidade sobre todos os possíveis danos físicos e/ou materiais causados à contratante, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança;

4.41. A CONTRATADA não poderá veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia e formal autorização por parte da CONTRATANTE;

4.42. É vedado a CONTRATADA o acesso aos dados da CONTRATANTE, sem prévia e formal autorização por parte da CONTRATANTE;

4.43. A CONTRATADA deve comunicar formal e imediatamente a CONTRATANTE qualquer ponto de fragilidade percebido que exponha a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e do serviço;

4.44. A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade da Solução, providenciar a segurança dos dados, permitir a rastreabilidade das ações dentro do ambiente da Solução e gerenciar o tratamento de incidentes;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.45.** A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre os dados e informações a que tiver acesso antes, durante e após a prestação dos serviços e garantir a mesma conduta de seu pessoal.
- 4.46.** Os acessos às plataformas devem ser permitidos mediante usuário e senha.
- 4.47.** As soluções ofertadas deverão possibilitar configurar o número máximo de tentativas de login no aparelho, realizando o bloqueio temporário da conta após atingir o limite de tentativas.
- 4.48.** Deverão implementar criptografia em todas as comunicações que envolvam os equipamentos ou soluções ofertadas.
- 4.49.** Deverão minimamente utilizar o protocolo TLS v1.2.
- 4.50.** Deverão implementar mecanismos de proteção contra ataques de negação de serviço (DoS) tais como, malformed packets, oversized packets, ping floods, SYN floods e spoofing.
- 4.51.** Implementar certificados digitais no tráfego TLS:
- a) Conforme o padrão X.509v3;
 - b) Com chaves SHA256 RSA-2048Bits.
- 4.52.** Deverão possuir recurso de auditoria da plataforma de forma a monitorar modificações na configuração e recursos de segurança.
- 4.53.** Os requisitos de segurança para contratação de um firewall, MFA, Zero Trust e SD-WAN incluem, mas não se limitam a:
- a) Capacidade de filtragem de pacotes: O firewall deve ser capaz de examinar o tráfego de rede e bloquear pacotes que não atendem aos critérios estabelecidos.
 - b) Suporte para protocolos de rede: Deve suportar os protocolos de rede comuns, como TCP/IP, UDP e ICMP, para que possa ser usado em diferentes tipos de redes.
 - c) Autenticação de usuários: O firewall deve oferecer recursos de autenticação MFA para verificar a identidade dos usuários antes de permitir o acesso à rede.
 - d) Controle de acesso: Deve permitir que a administração defina regras de acesso específicas para usuários, grupos e dispositivos.
 - e) Logs e relatórios: O firewall deve gerar logs de tráfego e relatórios para ajudar a identificar ameaças e problemas de segurança.
 - f) Atualizações e suporte: O firewall deve ser atualizado regularmente para corrigir falhas de segurança e receber suporte técnico para solucionar problemas e realizar monitoramento proativo.
 - g) Integração com outras soluções: O firewall deve ser capaz de se integrar com outras soluções de segurança, como sistemas de detecção de intrusão e antivírus, para oferecer uma proteção mais completa.
 - h) Alta disponibilidade: O firewall, solução MFA, Zero Trust e links devem oferecer alta disponibilidade para garantir que o serviço e a proteção estejam sempre ativos e que não cause interrupções no fluxo de trabalho da empresa.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.54.** Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- 4.55.** Os softwares devem ser fornecidos em meio digital, sem a necessidade de entrega de versões dos produtos em mídias físicas;
- 4.56.** Os manuais de instalação, configuração e operação de toda a Solução também deverão ser fornecidos em meio digital, com texto em língua portuguesa e/ou inglesa;
- 4.57.** Os equipamentos ofertados deverão estar em conformidade com padrões estabelecidos pela Anatel para operação no Brasil e homologados pela Agência até a data de realização da licitação;
- 4.58.** A documentação técnica deve ser fornecida em meio digital, com um descritivo completo do processo de implantação de cada produto ofertado, explicações sobre o registro e uso de licenças de software, forma de acesso ao site do fabricante para download, assim como de seus upgrades e updates.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

- 4.59.** Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.
- 4.60.** A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.60.1. São tecnologias de TI no Coren-SP relevantes para essa implementação:

- a) a) Aplicações;
- b) Docker;
- c) Traefik;
- d) Microsoft 365;
- e) Azure e AWS;
- f) Active Directory e
- g) Serviços de terminais remotos.

4.60.2. Em relação à Sistema Operacional e Máquinas:

- a) Windows Desktop (ultimas versões)
- d) Tablets Android
- c) Windows Server
- d) Linux Debian
- e) Linux Ubuntu
- f) VM VMWare
- g) Microsoft Hyper-V
- h) Aplicações em nuvem Azure e AWS



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.60.3. Em relação à Rede:

- a) Rede IPv4 e IPv6
- b) VLANs
- c) Roteamento

4.61. Os itens de serviços e componentes da solução a ser contratada deverão ser plenamente integráveis, não podendo apresentar nenhum tipo de incompatibilidade. Para tanto, salvo alternativa técnica comprovada pela Contratada, elas deverão ser do mesmo fabricante, a fim de garantir a interoperabilidade completa entre elas, centralização das configurações, gerenciamento e relatórios.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.62. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.62.1. Considerando a complexidade do projeto, que envolve a troca de equipamento central da rede do Coren-SP, a Contratada deverá apresentar plano de migração e implementação da Solução ao Coren-SP.

4.62.2. A implementação da Solução seguirá o plano de instalação/implantação apresentado pela CONTRATADA, com os prazos devidamente aprovados pelo Coren-SP.

4.62.3. A Contratada ficará inteiramente responsável pela implantação da Solução contratada, em como pelo suporte no *ongoing* (fase da execução do contrato e de garantia e suporte) em todos os casos de eventuais problemas ou necessidades de dúvidas ou correções e configurações na Solução recém entregue;

4.62.4. Os prazos para implantação e implementação dos itens de serviços e início de operação dos respectivos serviços poderão ser ajustados de acordo com as necessidades, riscos e impactos avaliados pela CONTRATANTE. Assim sendo, mediante critérios técnicos e de conveniência administrativa, a implantação poderá ocorrer de forma seriada, com formalização de demandas por meio de ordens de serviço (OS) encaminhadas pelo COREN-SP à CONTRATADA.

Requisitos de Implantação

4.63. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.63.1. A contratada deverá realizar toda a migração da solução atualmente implantada no Coren-SP para a solução por ela ofertada, bem como fazer a implantação da nova solução contratadas e sua respectiva integração no ambiente do Coren-SP, Sede e unidades descentralizadas.

4.63.2. Para a implantação em questão, as seguintes atividades serão de responsabilidade da contratada:

- a) Migração de regras de firewall do atual (interno Firebox WatchGuard e externo também Firebox WatchGuard);
- b) Configurações de proteção como antispam, antivírus, application control, anti-ddos, geolocation, etc.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- c) Configuração dos equipamentos na rede do Coren-SP, incluindo roteamento, Vlans, endereçamento IP, etc;
- d) Configuração de perfis de navegação de internet por departamento e inspeção HTTPS;
- e) VPN SSL;
- f) Zero Trust, com controle de quais hosts podem ou não entrar na rede;
- g) Instalação do MFA nos clientes e Integração do MFA com, minimamente:
 - i. Firewall contratado;
 - ii. Ambiente de nuvem e de colaboração;
 - iii. VPN SSL.
- i. Todos os custos decorrentes dos processos de migração de Solução, bem como decorrentes da implantação da Solução contratada, incluindo serviços técnicos, materiais, equipamentos e eventuais deslocamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os respectivos custos estarem provisionados nos valores ofertados na seção de licitação, não cabendo ao Coren-SP quaisquer ônus adicionais.
- ii. Todos os serviços relacionados à implantação da Solução que exijam realização nas instalações da CONTRATANTE deverão ser previamente agendados, de forma a garantir o acompanhamento destes pela equipe de TI do Coren-SP, bem como para não impactar no funcionamento de atividades do órgão.

Requisitos de Garantia e Manutenção

- 4.64.** A solução a ser contratada deverá estar provida de garantia durante todo o período em que estará em operação no ambiente do Coren-SP.
- 4.65.** Será exigida suporte técnico para todo o conjunto de equipamentos disponibilizados, incluindo manutenção evolutiva de softwares utilizados durante todo o período de vigência contratual.
- 4.66.** A garantia deverá englobar qualquer atividade relacionada à solução contratada, tais como manutenção evolutiva, preventiva e corretiva em software. Toda a manutenção evolutiva, preventiva e corretiva ficará a cargo da Contratada, sem nenhum ônus para a Contratante.

Requisitos de Experiência Profissional

- 4.67.** Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

- 4.68.** Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

- 4.69.** Não serão exigidos requisitos de metodologia de trabalho para a presente contratação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.70. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

- 4.70.1.** A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 4.70.2.** As informações sob custódia da CONTRATADA deverão ser tratadas como informações sigilosas, não podendo ser usadas ou fornecidas, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal da CONTRATANTE.
- 4.70.3.** A Solução contratada deverá possuir recursos que possibilitem a definição de regras e configurações aderentes à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).
- 4.70.4.** O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade e que acompanhará o Termo de Referência da Contratação, deverá ser assinado pelo representante legal da Contratada no momento da contratação.
- 4.70.5.** Ademais, acompanhando a proposta comercial deverá ser apresentada declaração de que a Contratada possui ou virá a possuir até a assinatura do Contrato, em território brasileiro, sede ou filial dotada de toda a infraestrutura técnica e de com recursos humanos qualificados e em quantidade suficiente para a prestação dos serviços de garantia aos produtos ofertados.
- 4.70.6.** A Contratada deverá possuir processos implementados que garantem a segurança das informações da Contratante, em conformidade com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 27001.

Vistoria

4.71. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e 13h00 às 16h00.

4.72. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.2.1. As vistorias deverão ser agendadas prévia e exclusivamente pelo endereço eletrônico regis.araujo@coren-sp.gov.br e rafaelc@coren-sp.gov.br (com cópia para pregao@coren-sp.gov.br).

4.73. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.74. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.75. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Sustentabilidade

4.76. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.77. A solução de comunicação de dados entre as unidades utilizará equipamentos com a tecnologia SD-WAN, todos da mesma marca e compatíveis entre si, de forma a garantir a compatibilidade e interoperabilidade da solução.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.78. Não se aplica ao objeto licitado.

Da exigência de carta de solidariedade

4.79. Não se aplica para o objeto de contratação.

Subcontratação

4.80. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.80.1. É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em solução integrada de segurança de rede, autenticação e conectividade.

4.80.2. A subcontratação fica limitada a serviços e infraestrutura da 'última milha' para viabilizar os serviços de links de acesso à internet das Subseções e Napes do Coren-SP, considerado que esse é um procedimento usual entre fornecedores de serviços de telecomunicações. No presente caso, todas as obrigações sobre a prestação dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, de forma que questões relativas a suporte, chamados, atualizações, questões administrativas, etc, serão tratadas somente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, não devendo haver envolvimento da empresa subcontratada nessas interações.

4.80.3. Não será permitida a subcontratação da última milha para o link do tipo 2, destinado à Sede do Coren-SP, devendo a Contratada fornecer o link e o serviço de Anti-DDoS sem a participação de terceiros.

4.81. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Da verificação de amostra do objeto

4.82. Não se aplica ao objeto contratado.

Garantia da Contratação

4.83. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.84. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.85. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.86. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.87. As informações relevantes para a elaboração da proposta, bem como o detalhamento da solução a ser contratada estão contidas no Anexo II – Requisitos Técnicos da Solução.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.2. Cronograma de realização dos serviços:

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO				
ID	AÇÕES/ETAPAS		RESPONSÁVEL(IS)	PRAZOS PARA REALIZAÇÃO/CONCLUSÃO (CONTADOS EM DIAS CORRIDOS)
1	Reunião Inicial / Avaliação do Ambiente (a ser realizada presencialmente, na Sede da		CONTRATANTE E CONTRATADA	Até 5 (cinco) dias corridos a partir do início da vigência contratual.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

	Contratante)		
2	Apresentação de Plano de Implantação, contendo relação e cronograma das atividades de implantação da Solução, bem como disponibilização de facilitadores e canais para suporte à Contratante.	CONTRATADA	Até 10 (dez) dias corridos a partir da Reunião Inicial.
3	Aprovação do Plano de Implantação	CONTRATANTE	Até 5 (cinco) dias corridos a partir da conclusão da ação anterior.
4	Entrega das licenças da solução para conexão e proteção de usuários remotos.	CONTRATADA	Até 40 (quarenta) dias corridos a partir da aprovação do Plano de Implantação
5	Entrega e instalação dos equipamentos, links de internet dedicada e licenças que serão instalados na Sede do Coren-SP	CONTRATADA	Até 40 (quarenta) dias corridos a partir da aprovação do Plano de Implantação
6	Entrega e instalação dos equipamentos, links de internet dedicada e licenças que serão instalados nas Subseções e NAPes do Coren-SP	CONTRATADA	Até 50 (cinquenta) dias corridos a partir da aprovação do Plano de Implantação
7	Capacitação da Equipe de TI do Coren-SP	CONTRATADA	Até 60 (sessenta) dias corridos a partir da aprovação do Plano de Implantação, mediante agendamento prévio junto à Contratante
8	Aceite da Implantação da Solução	CONTRATANTE	Até 10 (dez) dias corridos a partir da conclusão das ações 4, 5, 6 e 7
9	Entrega de relatório técnico definitivo da instalação.	CONTRATADA	Até 10 (dez) dias corridos a partir do Aceite da Implantação da Solução
10	AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E INÍCIO DO PERÍODO MENSAL DE FATURAMENTO	CONTRATANTE E CONTRATADA	Os serviços de manutenção e suporte técnico da Solução se iniciarão no primeiro dia útil de execução dos serviços.

6.1.3. O prazo máximo para conclusão do projeto é de 90 (noventa) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados / entregues na sede e em todas as unidades do Coren-SP.

Materiais a serem disponibilizados

6.3. Não se aplica do objeto licitado.

Formas de transferência de conhecimento

6.4. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.5. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se a substituição de alguns contratos vigentes, tais como: links Wan e Firewall, a transição contratual não poderá representar risco ao Coren-SP, tendo em vista que o acesso à internet é requisito indispensável para a manutenção das atividades finalísticas e administrativas.

Mecanismos formais de comunicação

6.6. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.6.1.** Ordem de Serviço;
- 6.6.2.** Ata de Reunião;
- 6.6.3.** Ofício;
- 6.6.4.** Sistema de abertura de chamados;
- 6.6.5.** E-mails e Cartas;

Formas de Pagamento

6.7. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação

6.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.13. O prazo que trata prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamentos a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias á rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao contratado a ampla defesa.

6.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

6.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme os termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IST de correção monetária.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.24. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.25. Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

Reunião Inicial

7.7. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.8. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias corridos a partir do início da vigência contratual, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.8.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.8.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.8.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso;

7.8.1.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.8.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.8.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.10. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.10.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

7.11. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

7.12. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os níveis mínimos de serviço (NMS)

IDM – ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE MENSAL	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir a disponibilidade dos serviços contratados mensalmente
Meta a cumprir	IDM igual ou superior a 99 %.
Instrumento de medição	Percentual de disponibilidade de cada um dos serviços contratados
Forma de acompanhamento	Percentual de disponibilidade de cada serviço mediante ao item 4.33 do termo de referência
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo de percentual de acordo com a disponibilidade de cada serviço	Cálculo para cada tipo de serviço contratado, observar a partir do item 4.33 do termo de referência a regra para cada serviço
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Se for abaixo do limite estabelecido	Observar o calculo a partir do item 4.33.22 do termo de referência para cada tipo de serviço contratado
---	---

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produzir os resultados acordados;

8.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

8.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de *10 (dez)* dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

8.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

8.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.18. Não se aplica ao objeto licitado.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.19. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 horas úteis.	Multa de 5 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 5 dias úteis.
		Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IDM (Índice de disponibilidade mensal)	Índice aplicado conforme serviço contratado. vide item 4.33 do termo de referência – níveis mínimos de serviço exigidos.
N	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10 % do valor total do Contrato.

8.20. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

8.20.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.20.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

Liquidação

8.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.23. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.23.1.** o prazo de validade;
- 8.23.2.** a data da emissão;
- 8.23.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.23.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 8.23.5.** o valor a pagar; e
- 8.23.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.24. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.25. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

8.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.31. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IST de correção monetária.

Forma de pagamento

8.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.36. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.37. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.38. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

8.39. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9. REAJUSTE

- 9.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/08/2023.
- 9.2.** Após o interregno de um ano, mediante pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de serviços de telecomunicações - IST, mantido pela ANATEL / IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.8.** O reajuste será realizado por apostilamento

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do contratante:

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 11.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 11.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 11.11. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 11.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo 15 (quinze) dias corridos.
- 11.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 11.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 12.1. São obrigações do contratado:
- 12.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 12.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 12.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 12.5.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 12.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.8.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 12.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 12.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 12.11.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.12.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.13.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 12.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

12.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

12.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

12.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *menor preço*.

Regime de execução

13.2. O regime de execução do contrato será por preço global.

Da Aplicação da Margem de Preferência

13.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Exigências de habilitação

13.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

13.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

13.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

13.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

13.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

13.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

13.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

13.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

13.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

13.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

13.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

13.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da contratação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

13.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

13.28.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

13.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.30. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

13.30.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por órgão ou empresa de direito público ou privado, que comprove a execução do objeto por parte da proponente, equivalente em características e prazos e em quantidades iguais ou superiores a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo ora licitado;

13.30.2. Os atestados deverão referir-se a fornecimentos e/ou serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

13.30.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;

13.30.4. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, nos termos do item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;

13.30.5. Terá que ser comprovada a entrega dos bens e a prestação de serviço dentro do prazo, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto deste edital e aquele fornecido;

13.31. A licitante deverá apresentar licença para prover serviço de comunicação multimídia (SCM) emitido pela ANATEL, devidamente publicada no Diário Oficial da União, em conformidade com a Lei nº 9.472 de 16 julho de 1997; do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

nº 73 de 25 de novembro de 1998; do anexo à Resolução nº614, de 28 de maio de 2013, e demais normas aplicáveis.

13.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.34. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

13.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I](#) e [42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

13.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

13.34.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

13.34.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

13.34.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

13.34.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.238.367,60 (quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes serão acobertadas dentro do seguinte elemento de despesa:
6.2.2.1.1.33.90.39.002.027 – Serviços de Informática.

São Paulo, 22 de agosto de 2023.

RESPONSÁVEL/INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTES DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Regis de Oliveira Araújo Analista de Segurança da Informação Matrícula 1044	Ingrid Carrel Assessora I - GCC Matrícula 1177
Rafael Conceição da Silva Gerente – GTI Matrícula 455	Emmanuelle Lopes Garrido Alkmin Leão Gerente de Compras e Contratos - GCC Matrícula 1206